O DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM (DUA) NA FORMAÇAO DE PROFESSORES PARA ALFABETIZAR NA DIVERSIDADE

Regiane BARBOSA

UNESP - Bauru

Eixo 09 - Formação e profissionalização docente

E-mail do primeiro autor: regiane.barbosa@unesp.br

Vera CAPELLINI

UNESP – Bauru

Resumo
Considerando a educação como direito de todas as pessoas, destaca-se a relevância da alfabetização no processo de ensino e aprendizagem e a necessidade de práticas pedagógicas que considerem a diversidade na escola. Realizada por meio de uma pesquisa colaborativa de abordagem qualitativa, este artigo consiste em um recorte de pesquisa de pós-doutorado que tem como objetivo geral: descrever a elaboração e execução de um curso de formação continuada sobre uso do DUA na alfabetização para professores de uma escola municipal de uma cidade de médio porte do interior paulista. Realizada com 10 professoras que atuam no Ensino Fundamental 1 de uma escola municipal de uma cidade do interior paulista, a produção de dados foi realizada por meio de imersão na escola e entrevistas semiestruturadas que foram utilizadas para organizar e executar um curso de formação continuada de professores para alfabetizar nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem. O curso foi organizado a partir das demandas formativas das professoras participantes, em horário e formato condizentes com a disponibilidade delas. Ao final do curso as professoras compreenderam melhor os conceitos que respaldam práticas inclusivas, além de conhecerem o DUA, considerado por elas como viável de ser realizado em escolas públicas, e uma forma de abranger a diversidade de estudantes em sala de aula.

Palavras-chave: Desenho Universal para Aprendizagem. Formação de Professores. Alfabetização.

1. Introdução

O presente texto resulta de um recorte da pesquisa de pós-doutorado, intitulada “Prática docente para alfabetização na perspectiva do Desenho Universal para a

Aprendizagem (DUA)", a qual tem como tema o preparo de professores para alfabetizar na diversidade.

Partindo da concepção de que a educação é um direito de todos, compreende-se a necessidade de que a escola se reconfigure para responder as especificidades de aprendizagem de todos os estudantes, como propõe a Educação Inclusiva, implementada no Brasil desde a década de 1990 (Brasil, 2015; 2025).

Embora o acesso à escola tenha se expandido nas últimas décadas, permanece o desafio na garantia de permanência, participação, e aprendizagem, uma vez que os estudantes, sejam eles com ou sem deficiência e transtornos. têm o direito de aprender os conhecimentos historicamente produzidos e organizados nos currículos vigentes no sistema educacional brasileiro, o que requer mudanças nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na formação docente para que os princípios inclusivos sejam efetivamente garantidos no cotidiano escolar

Dentre os conhecimentos historicamente produzidos, destaca-se a alfabetização, conhecimento em destaque nos anos iniciais do ensino fundamental. Apesar da relevância da leitura e escrita tanto para aprendizagem escolar, quanto para sociedade de maneira geral, ainda há muitos estudantes concluindo os anos iniciais do Ensino Fundamental I com dificuldades de leitura e escrita, o que pode ser decorrente de práticas descontextualizadas da realidade dos estudantes, ou extremamente mecânicas, focando mais na decodificação que na compreensão do que é lido, como discute Soares (2020), ao refletir sobre o assunto.

Considerando o desafio de garantir aprendizagem de leitura e escrita para todos os estudantes, destaca-se a relevância de práticas universalistas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como uma possibilidade de ensinar maior número de estudantes, daí a necessidade de difundir esse conhecimento entre os professores, para que estes consigam organizar práticas de ensino inclusivas.

Sendo assim, este texto tem como objetivo geral: descrever a elaboração e execução de um curso de formação continuada sobre uso do DUA na alfabetização, para professores de uma escola municipal de uma cidade de médio porte do interior paulista.

2. Fundamentação Teórica

A Educação Inclusiva tem como prerrogativa que a educação é direito de todas as pessoas, valorizando a diversidade e considerando a pluralidade humana, na busca pela equidade, isto é, em oferecer a cada pessoa aquilo que ela precisa para aprender, participar e/ou se desenvolver, como previsto na legislação vigente, com destaque para Lei Brasileira de Inclusão de 2015 e a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) de 2025 (Brasil, 2015; 2025).

Muitas vezes, ao se debater Educação Inclusiva, a ênfase é dada ao direito de estudantes Público da Educação Especial (PEE), estudantes com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista ou Altas Habilidades/Superdotação, de ir para a escola comum, mas a inclusão vai além, abrangendo todas as diferenças, sejam estas de ordem econômica, social, cultural, étnica, decorrente de deficiência ou transtornos etc.

Isto é, a Educação Inclusiva visa a promoção do acesso à educação de qualidade para todas as pessoas, e não se limita a matrícula, mas a participação, aprendizagem e sucesso escolar.

Embora seja possível notar avanços na efetivação da Educação Inclusiva, ainda existem desafios a serem enfrentados, como participação e aprendizagem de estudantes com diferentes ritmos e tempos de aprendizagem na escola, formação de professores que os preparem para ensinar na diversidade, como pontuam Picolini; Flores (2024), Mônico; Morgado; Orlando, 2018, e Mendes et al (2016).

Neste contexto, destaca-se dados do IBGE (2024), que apontam alto índice de analfabetismo na população brasileira, e que a situação é ainda mais desigual dentre os estudantes PEE, o que revela desigualdades historicamente produzidas nos processos de escolarização, reveladas pelos maiores índices de analfabetismo e menor acesso à escolarização entre esse público.

Compreende-se que embora os estudantes PEE enfrentem barreiras nos processos de escolarização, as dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita não se restringem a esse grupo, daí a relevância de se discutir sobre o tema, uma vez que este está diretamente relacionado a educação como direito, pois apropriar-se do sistema de escrita alfabética e compreender seus usos sociais é essencial para a participação social, o exercício da cidadania e a continuidade da trajetória escolar (Soares, 2025).

Assim, evidencia-se o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), definido como uma “ferramenta que pode ser aplicada em qualquer disciplina ou área para

garantir que todos os alunos tenham acesso e possam participar de oportunidades de aprendizagem significativas e desafiadoras" (CAST, 2024).

O DUA pode ser usado para orientar um ensino acessível, pois ele considera que "todos são capazes de se tornarem alunos ativos ou agentes de sua própria aprendizagem quando recebem condições e oportunidade para tentar" (Rocchegiani; Zerbato; Vilaronga, 2025, p. 43).

Conforme pontua Sebastián-Heredero (2020, p. 735), "o DUA considera a variabilidade/diversidade dos estudantes ao sugerir flexibilidade de objetivos, métodos, materiais e avaliações", ou seja, o DUA não se restringe aos estudantes PEE, mas a todos os estudantes, e se organiza em três princípios: engajamento, apresentação e representação e ação e expressão.

O princípio de engajamento propõe considerar as redes afetivas, isto é, as emoções dos estudantes, em compreender o que é importante para eles, considerando seus interesses no processo de aprender. O princípio de apresentação e representação propõe que o ensino considere as diferentes maneiras de aprender, e que sejam pensadas estratégias de ensino condizentes com os estilos e tempo de aprendizagem dos estudantes da turma. O princípio de ação e expressão consiste em entender que os estudantes podem expressar o que aprenderam de diferentes maneiras (CAST, 2024).

No DUA "o desafio não é modificar ou adaptar os currículos para alguns de uma maneira especial, mas fazê-lo de maneira eficaz e desde o princípio" (Sebastián-Heredero, 2020, p. 741), ou seja, o ensino considerando os princípios do DUA consiste em uma prática universalista, que considera a diversidade em sala de aula como ponto de partida e não como obstáculo, daí a importância do DUA para efetivação de práticas inclusivas, com destaque neste texto para práticas de alfabetização.

A sala de aula é diversa, e nos anos iniciais do ensino fundamental é comum que os estudantes apresentem variados níveis de leitura e escrita e múltiplas formas de aprender, daí surge o desafio de planejar práticas de alfabetização que contemplem a diversidade. Destaca-se os estudos de Soares (2025), que compreendem a alfabetização e o letramento como processos distintos, e indissociáveis. Segunda ela a alfabetização envolve a apropriação do sistema de escrita alfabética e ortográfica, e o letramento refere-se à inserção dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e escrita.

Embora os conceitos sejam diferentes, as demandas de alfabetização e letramento não devem ser fragmentadas nas práticas pedagógicas, pois como

argumenta Soares (2025), ambos acontecem de maneira articulada e simultânea, considerando os usos sociais da leitura e da escrita e a participação no mundo letrado.

Assim, compreende-se a relevância de formar professores para alfabetizar na diversidade, de modo não apenas a ampliar os índices de alfabetização no país, mas de efetivar a inclusão escolar por meio de práticas que contribuam com aprendizagem, participação e sucesso escolar de todos os estudantes, o que pode ser viabilizado por meio de práticas universais, como o DUA.

3. Procedimento Metodológico

Este artigo consiste em um recorte da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Prática docente para alfabetização na perspectiva do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)”, a qual integra o projeto “Transformação Consciência e Equidade”, e está aprovada no Comitê de Ética sob Parecer: 7121169.

Trata-se de uma pesquisa colaborativa de abordagem qualitativa, realizada com professoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alfabetizando crianças de uma escola pública de uma cidade de médio porte do interior de São Paulo.

As pesquisas de abordagem qualitativa são realizadas quando o objeto de pesquisa deve ser entendido sob a perspectiva de quem vivencia a realidade, no caso de professores. A opção pela abordagem qualitativa neste estudo se justifica pela busca da compreensão do fenômeno em sua complexidade e profundidade, isto é, na rotina da escola, considerando a prática docente de professores para alfabetizar na diversidade.

A pesquisa colaborativa permite que:

> Os integrantes de um grupo colaborativo assumam um mínimo de protagonismo no grupo, não se reduzindo a meros auxiliares ou fornecedores de dados e materiais, mas como sujeitos que não apenas aprendem, mas também produzem conhecimentos e ensinam os outros (Fiorentini,2004, p.61).

Assim, as professoras participantes, não apenas cederam informações sobre a própria prática, mas pontuaram sobre suas necessidades formativas, dificuldades e o que poderia contribuir com a prática docente na diversidade.

A pesquisa foi realizada no ano de 2025, em uma escola municipal de uma cidade de médio porte do interior de São Paulo. A referida escola está localizada em uma região periférica da cidade, oferecendo ensino fundamental 1 e 2, para aproximadamente 800 estudantes.

Participaram da pesquisa 10 professoras, pedagogas, que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental 1. Todas as participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando participação na pesquisa, mas seus nomes, assim como nome da escola serão preservados.

Os dados foram produzidos a partir de: imersão da pesquisadora na escola vivenciando a rotina escolar das turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental 1 no decorrer de um mês; entrevista semiestruturada com as referidas professoras para compreensão das dificuldades da prática docente na educação inclusiva, assim como de temas e conceitos que podem contribuir com ensino de leitura e escrita de estudantes diversos; elaboração e execução de um curso de formação continuada sobre Alfabetização e DUA com carga horária de 60 horas.

Os dados observados na imersão foram registrados em diário de campo descrevendo o material usado pelas professoras nas práticas de ensino de leitura e escrita, assim como as estratégias de ensino; as entrevistas questionando as professoras sobre formação docente, trajetória na educação básica, conhecimentos sobre educação inclusiva e DUA foram gravadas, transcritas e analisadas para elaboração e oferta de curso de formação continuada para professores da referida escola. As informações obtidas foram analisadas considerando-se as políticas públicas vigentes e os estudos sobre educação inclusiva e DUA, de modo a elencar os temas de interesse das professoras relacionados ao ensino de leitura e escrita na diversidade, assim como lacunas na formação docente, como incompreensão de conceitos da área e da legislação vigente. Essas informações foram categorizadas em temas, seguindo os princípios da análise de conteúdo de Bardin, e consideradas para planejar o curso de formação continuada realizado.

4. Resultados e Discussão

A imersão aconteceu durante aproximadamente um mês, com a pesquisadora indo até a escola e observando tanto as práticas de alfabetização em sala de aula, quanto a rotina da escola, registrando as observações em diário de campo. Durante a imersão observou-se que embora a escola adote livro didático para ensino de leitura e

escrita, os professores têm liberdade para trabalhar o conteúdo da maneira que preferirem. A maioria das professoras participantes realizava atividades do livro, mas também desenvolviam atividades coletivas (mesma atividade para todos os estudantes da turma), como leitura e escrita de palavras, escrita de palavras por família silábica (fonemas), escrita de textos individuais, como convites ou bilhetes. Contudo os materiais usados eram sempre os mesmos, lousa, caderno, lápis e instruções verbais.

Compactua-se com Soares (2020, p. 12) ao pontuar que “as crianças podem sim aprender a ler e a escrever nas escolas públicas de nosso país, de forma lúdica, reflexiva, em contexto de imersão em atividades diferenciadas de leitura e escrita”, isto é, o uso de materiais e práticas diferenciadas podem estimular as crianças a se interessarem pela leitura e escrita, tornando o aprendizado interessante e prazeroso, como propõe também o princípio de engajamento do DUA.

Observou-se que no decorrer das aulas, nem todos os estudantes conseguiam acompanhar, realizar as atividades propostas e nem sempre as professoras tinham tempo para realizar explicações individualizadas e ou adaptar atividades e estratégias de ensino para as crianças com dificuldade e ou PEE. Nestas situações os estudantes ficavam observando os colegas ou conversando entre si, o que evidencia que o desafio de efetivar a educação inclusiva está em garantir participação e aprendizagem, o que requer, além de infraestrutura da escola, formação docente que prepare os professores para desenvolver estratégias de ensino na diversidade, como discutem Mônico; Morgado; Orlando, 2018, e Mendes et al (2016).

A partir das entrevistas foi possível conhecer a formação das professoras participantes. Todas são pedagogas, formadas há mais de 12 anos, com experiência de ensino nos anos iniciais da Ensino Fundamental 1 variando entre 2 a 10 anos. Todas têm especialização, nas áreas de educação infantil, psicopedagogia, gestão escolar e alfabetização, contudo nenhuma tinha curso na área de Educação Especial e Inclusiva, e sobre o assunto pontuaram ter conhecimento restrito, decorrente de cursos de curta duração e ou busca por informações por conta própria.

A efetivação de práticas inclusivas requer formação docente que prepare os professores para atuar com estudantes diferentes, com ritmos, maneiras e tempo de aprendizagem diferentes, contudo, o tema ainda é trabalhado de maneira insuficiente nos cursos de formação inicial, o que evidencia a relevância de formação continuada e em serviço, de modo a embasar a prática de professores para atuar na educação

inclusiva, como discutido por Rocchegiani e Capellini (2025), Picolini; Flores (2024) dentre outros.

Quando questionadas sobre alfabetização, as professoras destacaram o desafio de ensinar crianças em diferentes níveis de aprendizagem e a falta de tempo para planejar atividades adaptadas para as crianças PEE. É comum que os professores associem dificuldades de aprendizagem à estudantes PEE, mas como discutido anteriormente, não são apenas estes estudantes que não estão aprendendo ler e escrever, pois os dados do IBGE mostram que há muitas pessoas analfabetas em nosso país. Além disso, a fala das professoras revela que elas acreditam que a única estratégia de ensino para essas crianças está em realizar adaptações individualizadas, associadas a uma deficiência ou transtorno, isto é, práticas individualizadas, condicionadas a um diagnóstico.

Atualmente, tem se discutido a necessidade de um ensino condizente com as especificidades dos estudantes, mas também trabalhado de maneira mais atrativa, com recursos e materiais diferentes, para toda a turma e não apenas para aqueles que tem algum diagnóstico, como propõe o DUA, que “proporciona flexibilidade nas formas que as informações são apresentadas, nos modos que os estudantes respondem ou demonstram seus conhecimentos e habilidades, e nas maneiras que os estudantes são motivados e se comprometem com seu próprio aprendizado” (Sebastián-Heredero, 2020, p. 737).

Ao responderem sobre DUA, a maioria das professoras disseram que não sabiam do que se tratava. Duas disseram já ter ouvido o termo, mas não sabiam dizer o que é. Ao serem questionadas se gostariam de conhecer o tema, elas afirmaram que sim, desde que este fosse viável de ser trabalhado no contexto da escola pública.

Complementado a pergunta sobre necessidades formativas, as professoras pontuaram também que gostariam de aprender mais sobre: a legislação vigente (o que é direito em sala de aula; os profissionais que podem contribuir com a inclusão; a necessidade de laudo médico para ter apoio etc.), a função do professor da Educação Especial, recursos e materiais para ensinar na diversidade e DUA.

Os temas pontuados por elas, assim como as observações realizadas durante a imersão, foram organizados em um curso de formação continuada com carga horária total de 60 horas, distribuídos em 12 encontros teórico-práticos, realizado presencialmente na própria escola, após o encerramento do expediente, como proposto pelas próprias professoras. A realização de uma formação docente contemplando as

particularidades e interesses das professoras participantes, só foi possível por se tratar de uma pesquisa colaborativa, que dá voz aos participantes.

O curso foi organizado desenvolvendo os seguintes temas: Práticas Pedagógicas Inclusivas, Estudantes Público da Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (conceitos e legislação vigente), Conceito de Alfabetização e Letramento Métodos de ensino de Alfabetização, Avaliação como instrumento processual e contínuo da aquisição da leitura e escrita, Conceito de Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem e Princípios do DUA, Práticas de ensino de leitura e escrita no DUA, Planejamento, Elaboração execução de avaliação de atividades de Leitura e escrita seguindo princípios do DUA.

No decorrer do referido curso as professoras puderem compreender conceitos importantes em Educação Especial e Inclusiva, além de refletir sobre práticas realizadas e prerrogativas legais. A organização dos encontros teórico-práticos possibilitou que as professoras pudessem embasar a prática em conceitos e pesquisas da área, proporcionando mais confiança e clareza na atuação docente, como relatado por elas ao associarem estratégias usadas com os temas estudados no curso. Essa experiencia formativa, mostra que os professores têm interesse em aprender e desenvolver práticas inclusivas, mas nem sempre têm oportunidade, uma vez que as demandas docentes são variadas e nem sempre atendem suas necessidades, como ser relacionada com a prática, ser oferecida em horário e formato que caiba na rotina do professor etc.

Ao final do curso, as professoras em parceria com a pesquisadora, elaboraram atividades de alfabetização seguindo os princípios do DUA, tendo a oportunidade de praticar o que aprenderam. Após compreender o conceito e planejar e desenvolver atividades nos princípios do DUA, as professores relataram ter entendido o potencial de práticas universalistas para efetivação da educação inclusiva, além da importância de planejar as atividades considerando as características e estilos de aprendizagem da turma, e que o DUA é viável no contexto da escola pública, mas é preciso que os professores tenham tempo para planejar e trocar informações e ideias com a equipe escolar, aspectos fundamentais para educação inclusiva.

5. Conclusões

Considera-se que a realização de uma pesquisa colaborativa foi fundamental para os resultados alcançados, em especial para participação e satisfação das

professoras participantes no curso de formação, organizado de acordo com interesses e disponibilidade delas.

O planejamento e elaboração do curso de formação continuada para professores foi totalmente baseado nas necessidades formativas das professoras, contemplando tanto temas da área de Educação Especial e Inclusiva, quanto de Alfabetização, enfatizando a importância de conhecer os estudantes, suas formas de aprender e demonstrar aprendizagem, aspectos que devem subsidiar o planejamento de práticas seguindo os princípios do DUA.

A execução do referido curso mostrou que o DUA pode ser realizado na escola pública e embora exija tempo para planejamento e desenvolvimento de recursos, pode ser possível se realizado em parceria com a equipe escolar. E, que embora desafiadora, práticas de alfabetização realizadas associando estratégias de alfabetização e letramento podem ser mais eficazes se trabalhadas considerando os conhecimentos prévios dos estudantes, seus interesses e recursos e estratégias diferenciadas, como atividades em duplas, grupos, com recursos diferentes como jogos, brincadeiras e práticas de leitura e escrita desenvolvidas de maneira lúdica.

Compreende-se as limitações da pesquisa, realizada em apenas uma escola, com número restrito de participantes, mas espera-se que este estudo possa inspirar outros pesquisadores a realizar mais pesquisas sobre o tema, e professores a refletirem sobre a própria prática, considerando a educação como um direito de todos.

6. Principais referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL, DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. Institui **a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm Acesso em: 09 maio de 2026.

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 09 maio de 2026.

CAST. Universal Designer Learning. **Guidelines 3.0**. 2024. Disponível em: https://udlguidelines.cast.org/more/about-guidelines-3-0/ Acesso em: 09 maio de 2026.

FIORENTINI, D. Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente? In: BORBA, M. C. (org.) **Pesquisa qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Perfil educacional – **Taxa de analfabetismo, por grupos de idade, segundo a existência de deficiência** – Brasil – 2022. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

MENDES, E. G.; CABRAL, L. S. A.; D'AFFONSECA, S. M.; CALHEIROS, D.S. A formação dos professores especializados segundo os pesquisadores do observatório nacional de educação especial**. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 5, n. 14, p. 84–95, 2016. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/3775. Acesso em: 26 maio. 2026.

MÔNICO, P.A.; MORGADO, L.A.S.; ORLANDO, R. M. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 41-48. DOI: 10.1590/2175 3539/2018/040. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/3TmT9Hj5qVdV6y8Vvv89rcb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 de maio. 2026.

PICOLINI, B.R.A.; FLORES, M.M.L. A Formação de professores para atuação com os alunos Público-alvo da educação especial. **Revista Sapiência:** Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.13, n. 1, p. 119-137, janeiro, 2024. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14628/1025. Acesso em: 06 de maio. 2026.

ROCCHEGIANI, T.C.; ZERBATO, A. P.; C.A.R.; VILARONGA. O Desenho Universal para a aprendizagem (DUA): uma abordagem para inclusão escolar. In: ROCCHEGIANI, T.C.; CAPELLINI, V.L.F. **DUA na sala de aula**: Práticas de ensino e o Desenho Universal para a Aprendizagem. Curitiba: CRV Editora, 2025.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155. Acesso em: 09 maio de 2026.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2025.